

REPRESENTAÇÃO PARA ANULAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico nº 009/2025

À Câmara Municipal de Jataí-GO:

CNPJ: 47.207.561/000120

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a)

A **SOLUTION SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 47.207.561/0001-20, representada por seu sócio **EDUARDO CAVALHEIRO JUNIOR**, vem, respeitosamente, à presença de V.S^a, com fundamento nos Arts. 165, 169 e 71 da Lei nº 14.133/2021, apresentar o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO / REPRESENTAÇÃO

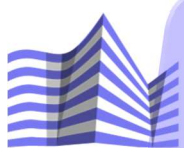
I – DOS FATOS

Durante a sessão pública do certame em epígrafe, esta empresa apresentou **manifestação formal de intenção de interpor recurso**, em conformidade com o art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Contudo, a autoridade responsável **ignorou todas as manifestações de recuso**, de todos os participantes, prosseguindo diretamente à adjudicação e homologação do objeto, sem abrir o prazo legal de **3 dias úteis** para apresentação das razões e sem oportunizar o contraditório e a ampla defesa.

Tal conduta configura violação procedimental grave, uma vez que suprimiu fase obrigatória do processo licitatório.





II – DA ILEGALIDADE DAS PROPOSTAS HOMOLOGADAS

A proposta vencedora do **ÍTEM 1**, a empresa CONSULGOV SOLUÇÕES INTEGRADAS, apresentou **planilha de custos que fere direitos trabalhistas**, contrariando o disposto no edital anexo I-Planilha de composição de custo por não contemplar a devida retenção de férias, descumprindo a CLT e o art. 5º do Decreto nº 9.507/2018 (quando aplicável), além de contrariar o princípio da seleção da proposta mais vantajosa que deve observar a legalidade.

Vejamos as ilegalidades:

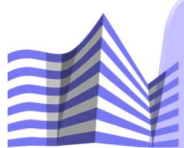
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 146,05
B	Férias e Adicional de Férias	2,78%	R\$ 48,74
Total		11,11%	R\$ 194,80

Ignorando a planilha de custos base para a proposta no instrumento convocatório que exigiu conforme a Lei trabalhistas em vigor um valor de R\$ 2.135,43, uma retenção de 11,02%, a licitante apresentou planilha com apenas 2,78%, uma diferença de R\$ 129,21 livre dos direitos cauculados, conforme planilha de custo anexa ao edital:

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
A	Férias e terço constitucional de férias	R\$2.135,43
B	Ausência por doença	

O valor se enquadra na faixa exigida pela CLT e também recomendadas como provisão previsto na IN de 5 de Maio de 2017. Semelhantemente os valores do





Módulo Provisão para rescisão forem alterados para valores ínfimos:

Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$ 6,73
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	R\$ 0,54
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,50%	R\$ 8,01
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 31,07
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,21%	R\$ 3,36
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	R\$ 0,99
Total		3,17%	R\$ 50,70

A Câmara Municipal de Jataí preveu em estudo técnico preliminar um provisionamento de R\$1.780,92 em planilha de custos, mas foi homologado o item com um valor de írrisório de R\$50,70.

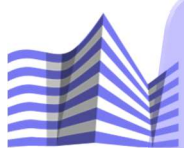
4.4	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	R\$1601,55
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	R\$128,12
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	R\$51,25
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado	
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado	
TOTAL		R\$1.780,92

Vemos semelhantemente que os funcionários serão lesados na proposta também em seu vale alimentação, que foi estipulado em Edital no valor de R\$ 591,41 e vale transporte estipulado em R\$ 101,91.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor Unitário	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 4,50	R\$ 92,91
B	Auxílio-Alimentação (21 dias úteis fixos)	R\$ 25,00	R\$ 467,25
Total			R\$ 560,16

Analisemos o exigido em edital:





MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$101,91
B	Auxílio-alimentação (Vales, cesta básica etc.)	R\$489,50
C	Assistência médica familiar	
D	Auxílio-creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
	Total de Benefícios mensais e diários	R\$591,41

Nota: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pag pelo empregado).

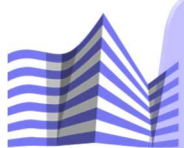
Também identificou-se que a liquota de ISS do município de Jataí-GO foi fixada por decreto municipal para empresas de serviço a 5%, sendo retido em NFS-e e já descontado no campo retenção e creditado diretamente a fazenda municipal do Município de Jataí-GO, fato que também foi ignorado pela empresa, empregando a taxa indevida de 2,5%.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1,00%	R\$ 32,00
B	Lucro	1,29%	R\$ 41,69
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS) - SIMPLES NACIONAL	0,17%	R\$ 6,09
	C.2. Tributos Federais (COFINS) - SIMPLES NACIONAL	0,80%	R\$ 28,67
	C.3. Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
	C.4. Tributos Municipais (ISS)	2,50%	R\$ 89,59
	Total	5,76%	R\$ 198,04

Todos esses pontos afetam a proposta irreversivelmente, deixando a licitante homologada mesmo que sem lucro e com com custos indiretos zerados, em um deficit com direitos trabalhistas e a Fazenda Municipal, prejuizo que será absorvido pela Prefeitura Municipal de Jataí e os trabalhadores contratados pela empresa vencedora. Se o presente ato não for revertido, essas irregularidades terão o Aval da Câmara Municipal de Jataí, tornando-se automaticamente coresponsável pelos direitos não repassados aos funcionários da Casa Legislativa.

Além disso, foi homologada também nos mesmos moldes, a proposta referente ao ÍTEM 2, da empresa QUALLITY PRESTADORA LOCAÇÕES E COMERCIO LTDA. optante pelo **Simple Nacional** para prestação de serviços de **copeiragem**, configurando **cessão de mão de obra** (atividade de natureza contínua e vinculada à atividade-fim), situação vedada pelo art. 17, XII, da LC 123/2006, o que enseja sua inabilitação.






Somadas a incompatibilidade do regime perante a receita federal, a empresa não apresentou a planilha de custos e formação de preços, documento fundamental para a execução do contrato e suas alterações durante a vigência, usada como referência para resguardar os direitos dos contratados para atuar na Casa Legislativa e proteger o órgão contra futuros processos trabalhistas que o arrole como corresponsável por negligência no processo licitatório, já que a empresa não se comprometeu com nenhum direito a ser pago, sem planilha de custos assinada, tendo seu contrato homologado diretamente pelo agente responsável.

O procedimento adotado na habilitação da empresa é extremamente preocupante ainda pelo fato de que a empresa demonstra em seu balanço patrimonial índice de capital disponível 0, demonstrando R\$0,00 disponível em caixa, restando apenas passivos.

(A) - Disponibilidade	0,0000
(B) - Passivo Circulante	1.878,7100
(I) - Índice de Liquidez Imediata	0,0000
Fórmula....: $I = (A / B)$	
Análise....: Expressa a fração de reais que a empresa dispõe de imediato para saldar cada R\$ 1,00 de suas dívidas.	
Desejável...: Maior que 1	

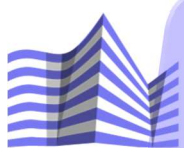


III – DO DIREITO

O art. 165, §1º, da Lei 14.133/2021, garante que a intenção de recorrer manifestada na sessão pública deve suspender o prosseguimento do certame, abrindo-se prazo para apresentação de razões e contrarrazões. O art. 71 da mesma lei prevê a **anulação do procedimento** em caso de ilegalidade, a qualquer tempo, de ofício ou mediante provocação. A supressão do prazo recursal configura vício insanável que macula todo o procedimento, impondo sua anulação a partir do ato viciado.

A homologação de propostas ilegais afronta diretamente os princípios da legalidade, isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa (art. 5º da Lei 14.133/2021).





IV – DO PEDIDO

Diante do exposto, pela aplicação da Lei, resguardando a Câmara Municipal de Jataí requer:

- a) **O recebimento e processamento do presente recurso/representação**, reconhecendo a nulidade da adjudicação e homologação em razão da supressão do prazo recursal;
- b) **A anulação da decisão que homologou as propostas vencedoras**, com reabertura da fase recursal;
- c) **A inabilitação das propostas** que contenham vícios trabalhistas e a exclusão da licitante optante pelo Simples Nacional em afronta à LC 123/2006;
- d) A adoção das demais providências legais para garantir a lisura e legalidade do certame.
- e) Encaminhamento imediato do presente documento ao setor contábil, Jurídico e à V. Ex.^a presidente da Câmara de Vereadores de Jataí para conhecimento e parecer sobre os atos administrativos executados e homologados no presente processo licitatório.

Nestes termos,

Pede deferimento.

JUARA/MT, 14 de Agosto de 2025

SOLUTION SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA
CNPJ:47.207.561/0001-20
EDUARDO CAVALHEIRO JUNIOR-Sócio Proprietário



AV. RIO DE JANEIRO Nº 894 W - EDIFÍCIO. SALA 2 - CENTRO - CEP: 78.575-000 JUARA-MT



(66) 99616-5067



SERVISOLUTION7@GMAIL.COM